



PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 1787/2016

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 25 de outubro de 2016, foi deferido o pedido de cessação de comissão de serviço como Presidente da Comarca de Santarém, ao Exmo. Juiz de Direito Dr. João Guilherme Gato Pires da Silva, com efeitos a 21 de dezembro de 2016.

10 de novembro de 2016. — O Juiz-Secretário, *Carlos Castelo Branco*.

210015393

Despacho (extrato) n.º 13997/2016

Por despacho do Exmo. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 09 de novembro de 2016, no uso de competência delegada, é o Exmo. Juiz de Direito, Dr. António Manuel Parreira Barata, desligado do serviço para efeitos de aposentação compulsiva, com efeitos reportados a 01.07.2016.

1 de novembro de 2016. — O Juiz-Secretário, *Carlos Castelo Branco*.

210015117

Despacho (extrato) n.º 13998/2016

Por despacho da Ministra da Justiça de 04.10.2016, proferido na sequência da deliberação deste Conselho Superior da Magistratura, tomada na sessão Plenária de 12.07.2016, foi concedida a equiparação a bolseiro no País à Exma. Juíza de Direito, Cristina Augusta Teixeira Cardoso, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 1.º a 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 03 de agosto; dos n.ºs 3 e 4 do artigo 10.º-A do Estatuto dos Magistrados Judiciais e nos termos e condições enunciadas no Despacho Normativo n.º 18/2001, de 19 de abril, pelo período de seis meses, de 04 de janeiro de 2017 a 04 de julho de 2016.

10 de novembro de 2016. — O Juiz Secretário do CSM, *Carlos Castelo Branco*.

210014631

Despacho (extrato) n.º 13999/2016

Por despacho de 10 de novembro de 2016, foi cessada a comissão de serviço ao Ex.º Escrivão de Direito Júlio Alberto Serras da Silva, como Secretário de Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a 30 de setembro de 2016 e, obtida a anuência da Direção-

-Geral da Administração da Justiça, nomeado, em comissão de serviço, para o exercício de funções neste Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a 01 de outubro de 2016, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, que aprovou o Estatuto dos Funcionários de Justiça.

10 de novembro de 2016. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

210015822

Despacho (extrato) n.º 14000/2016

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 10 de novembro de 2016, foi a Dra. Anabela Silveira Duarte Pedroso, Juíza de Direito interina na Comarca de Castelo Branco — Instância Central de Castelo Branco — 1.ª Secção de Família e Menores — Juiz 1, nomeada, como requereu, Juíza de Direito efetiva no mesmo lugar, nos termos do artigo 45.º, n.º 1 e 5 do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

(Posse imediata)

11 de novembro de 2016. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

210015588

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 1788/2016

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 6 de outubro de 2016, o Licenciado Manuel José Gonçalves Pereira, procurador da República aposentado/jubilado por despacho da Direção da Caixa Geral de Aposentações de 19 de Setembro de 2016, foi autorizado a exercer funções na Secção Criminal (IC) de Sintra da Comarca de Lisboa Oeste, sem alteração do regime remuneratório decorrente da jubilação.

10 de novembro de 2016. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

210013838



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SÃO JOSÉ DE CLUNY

Regulamento n.º 1053/2016

Considerando os Decretos-Leis n.ºs 283/83, de 21 de junho e 341/2007, de 12 de outubro, o Conselho de Direção da Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny, em reunião no dia 28 de setembro de 2016, ouvido o Conselho Técnico Científico, aprovou o Regulamento de Atribuição de Equivalência de Habilitações Estrangeiras do Grau de Licenciado e Mestre em Enfermagem, que se publica em anexo.

11 de novembro de 2016. — A Presidente do Conselho de Direção, *Maria Olívia Sousa de Freitas Barcelos*.

Regulamento de Atribuição de Equivalência de Habilitações Estrangeiras do Grau de Licenciado e Mestre em Enfermagem

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O Regulamento de atribuição de equivalência de habilitações estrangeiras ao grau de licenciado e mestre em Enfermagem vem dar